

SUMÁRIO

1	História do Direito Processual do Trabalho	1
1.1	Introdução.....	1
1.2	Direito estrangeiro.....	1
1.2.1	França	1
1.2.2	Alemanha	2
1.2.3	Itália	2
1.2.4	Reino Unido da Grã-Bretanha.....	3
1.2.5	Espanha	3
1.2.6	Portugal	4
1.2.7	Estados Unidos da América.....	4
1.2.8	México	5
1.2.9	Argentina.....	5
1.3	Evolução no Brasil.....	6
1.3.1	Constituição Política do Império do Brasil de 1824....	6
1.3.2	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	6
1.3.3	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	8
1.3.4	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937....	9
1.3.5	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946....	10
1.3.6	Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e Emenda Constitucional 1/1969	12
1.3.7	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	14

2	Caracterização do Direito Processual do Trabalho.....	19
2.1	Denominação.....	19
2.2	Conceito	19
2.3	Abrangência da matéria	20
3	Autonomia e natureza jurídica do Direito Processual do Trabalho....	23
3.1	Autonomia do Direito Processual do Trabalho.....	23
3.2	Relações do Direito Processual do Trabalho com outros ramos do Direito.....	25
3.3	Direito Processual do Trabalho no contexto da Teoria Geral do Processo e do Direito Constitucional.....	26
3.4	Natureza jurídica do Direito Processual do Trabalho	32
3.5	Evolução histórica do processo	34
3.6	Direito Processual do Trabalho e processo trabalhista.....	35
3.7	Processo do trabalho: confirmação de sua autonomia.....	39
3.8	Perspectivas do processo do trabalho	40
4	Fontes do Direito Processual do Trabalho.....	43
4.1	Fontes materiais e fontes formais.....	43
4.2	Fontes formais do Direito Processual do Trabalho.....	43
4.2.1	Constituição.....	44
4.2.2	Leis	44
4.2.3	Jurisprudência	44
4.2.4	Normas dos tribunais	50
4.2.5	Usos e costumes	51
4.2.6	Princípios jurídicos	51
5	Interpretação, integração e eficácia das normas de Direito Processual do Trabalho	53
5.1	Interpretação do Direito Processual do Trabalho.....	53
5.2	Integração do Direito Processual do Trabalho.....	55
5.3	Eficácia das normas de Direito Processual do Trabalho no tempo...	58
5.3.1	Instrução Normativa 41/2018 do TST	63
5.4	Eficácia das normas de Direito Processual do Trabalho no espaço.....	75

6	Princípios do Direito Processual do Trabalho	77
6.1	Conceito e natureza jurídica dos princípios no Direito.....	77
6.2	Funções dos princípios no Direito	78
6.3	Princípios no Direito Processual do Trabalho	79
6.3.1	Princípio de proteção no Direito Processual do Trabalho	79
6.3.2	Princípios do Direito Processual no Direito Processual do Trabalho.....	80
6.3.3	Princípios constitucionais do processo e Direito Processual do Trabalho	81
7	Formas de solução dos conflitos trabalhistas	87
7.1	Introdução.....	87
7.2	Espécies de conflitos trabalhistas	88
7.3	Formas de solução dos conflitos trabalhistas	88
7.3.1	Autodefesa (autotutela).....	89
7.3.2	Autocomposição.....	89
7.3.3	Heterocomposição	97
7.3.3.1	Arbitragem	97
7.3.3.2	Jurisdição.....	100
8	Organização da Justiça do Trabalho	105
8.1	Introdução.....	105
8.2	Órgãos da Justiça do Trabalho	105
8.2.1	Varas do Trabalho	105
8.2.2	Tribunais Regionais do Trabalho	106
8.2.2.1	Composição	106
8.2.2.2	Organização e regiões.....	106
8.2.2.3	Órgãos e competência	108
8.2.3	Tribunal Superior do Trabalho.....	112
8.2.3.1	Composição e direção	113
8.2.3.2	Comissões no TST	120
8.2.3.3	Funcionamento e órgãos.....	123
8.2.3.4	Órgãos que funcionam junto ao TST....	131

8.3	Órgãos e serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	131
8.3.1	Secretaria.....	132
8.3.2	Distribuidor	134
8.3.3	Oficiais de Justiça.....	135
9	Ministério Público do Trabalho	137
9.1	Introdução.....	137
9.2	Princípios e organização do Ministério Público do Trabalho	137
9.3	Garantias e vedações.....	140
9.4	Competência e atribuições: tutela dos direitos metaindividuais e fundamentais.....	142
9.5	Inquérito civil.....	148
9.6	Termo de ajuste de conduta.....	150
9.7	Ação civil pública.....	154
9.8	Ação anulatória de cláusulas convencionais.....	159
9.9	Conclusão.....	159
10	Competência da Justiça do Trabalho	161
10.1	Jurisdição.....	161
10.2	Competência.....	162
10.3	Classificação da competência.....	164
10.3.1	Competência absoluta e relativa.....	164
10.3.2	Competência em razão da matéria, da pessoa, funcional, territorial e em razão do valor da causa.....	164
10.3.3	Competência civil e criminal.....	165
10.3.4	Competência comum e especial.....	166
10.3.5	Competência originária e recursal.....	166
10.3.6	Competência constitucional e legal (infraconstitucional)	167
10.3.7	Competência de juízo.....	168
10.3.8	Competência internacional (limites da jurisdição nacional).....	171
10.4	Competência da Justiça do Trabalho: classificação	172
10.5	Relação de trabalho.....	175
10.5.1	Relação de trabalho e relação de consumo	185

10.5.2	Relação de trabalho e prestação de serviço por empresa.....	191
10.5.3	Relação de trabalho e pequena empreitada	194
10.5.4	Relação de trabalho e representação comercial autônoma.....	195
10.5.5	Relação de trabalho, relação societária e relação associativa	197
10.5.6	Relação de trabalho, trabalho eventual e avulso.....	199
10.5.7	Relação de trabalho e trabalho gratuito	200
10.5.8	Relação de trabalho e trabalho do preso	201
10.6	Entes de direito público externo	202
10.7	Servidores públicos	204
10.7.1	Dissídio coletivo e administração pública.....	210
10.8	Greve.....	211
10.9	Representação sindical e conflitos sindicais.....	216
10.10	Mandado de segurança	222
10.10.1	Mandado de segurança e penalidades administrativas impostas pela fiscalização trabalhista.....	223
10.11	<i>Habeas corpus</i>	223
10.12	<i>Habeas data</i>	223
10.13	Danos morais e materiais decorrentes da relação de trabalho ...	224
10.14	Penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização do trabalho.....	229
10.15	Execução de contribuições sociais	229
10.16	Dissídio coletivo	234
10.17	Conflitos de competência	235
10.18	Competência nos casos de falência e recuperação de empresa.....	237
10.19	Competência em razão do lugar.....	241
10.19.1	Local da prestação do serviço	244
10.19.2	Agentes ou viajantes comerciais.....	244
10.19.3	Empresa que realize atividade fora do lugar do contrato.....	245
10.20	Competência internacional.....	246
10.21	Cooperação jurídica internacional.....	247
10.22	Competência do juízo e distribuição.....	250
10.23	Competência funcional.....	251

11 Atos, termos e prazos no processo do trabalho.....	255
11.1 Processo, procedimento e ato processual	255
11.2 Termo.....	260
11.3 Prazos processuais	265
11.3.1 Classificação.....	266
11.3.2 Contagem dos prazos processuais.....	267
11.3.3 Início do prazo para recurso	271
11.3.4 Prazos para o juiz	272
11.3.5 Prazos para o serventuário da Justiça.....	273
11.3.6 Prazos para as partes.....	273
11.3.7 Prazos para a Fazenda Pública e para o Ministério Público.....	275
11.4 Comunicação dos atos processuais.....	278
11.5 Preclusão	286
11.5.1 Preclusão temporal.....	286
11.5.2 Preclusão lógica	286
11.5.3 Preclusão consumativa.....	287
11.6 Perempção.....	287
11.7 Informatização do processo.....	288
11.7.1 Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	290
11.7.2 Processo eletrônico.....	291
12 Nulidades no processo do trabalho.....	297
12.1 Fundamentos e conceituação	297
12.2 Vícios dos atos processuais.....	298
12.3 Princípios das nulidades processuais.....	300
13 Partes	305
13.1 Terminologia.....	305
13.2 Conceito	306
13.3 Sucessão das partes	306
13.4 Capacidade de ser parte.....	308
13.5 Capacidade de estar em juízo.....	309
13.6 Capacidade postulatória	313

13.6.1	Mandato	316
13.6.2	Assistência judiciária e justiça gratuita	321
13.6.3	Direitos e garantias da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e do advogado que se torna pai.....	328
13.7	Deveres das partes e litigância de má-fé.....	329
14	Litisconsórcio.....	335
14.1	Conceito	335
14.2	Classificação e regime legal.....	336
15	Intervenção de terceiros.....	343
15.1	Denominação e natureza jurídica	343
15.2	Conceito e classificação.....	344
15.3	Assistência.....	346
15.4	Oposição.....	349
15.5	Nomeação à autoria	350
15.6	Denúnciação da lide	354
15.7	Chamamento ao processo.....	365
15.8	Chamamento à autoria previsto no art. 486 da CLT.....	369
16	Substituição processual	375
16.1	Introdução.....	375
16.2	Legitimação ordinária e extraordinária.....	376
16.3	Conceito	377
16.4	Espécies.....	378
16.5	Substituição processual e representação processual.....	378
16.6	Substituição processual e sucessão de partes.....	379
16.7	Substituição processual no processo do trabalho	379
16.8	Características da substituição processual trabalhista.....	379
16.9	Substituição processual e direitos metaindividuais trabalhistas...	381
16.10	Substituição processual e Constituição de 1988.....	383
16.11	Substituição processual: CLT e outros diplomas legais	387
16.12	Rol de substituídos.....	389

16.13	Liquidação.....	390
16.14	Coisa julgada e litispendência na substituição processual.....	391
16.15	Substituição processual e execução.....	392
16.16	Conclusão.....	393
17	Condições da ação e pressupostos processuais.....	395
17.1	Direito de ação.....	395
17.2	Elementos da ação.....	396
17.3	Classificação das ações.....	397
17.4	Condições da ação.....	399
17.5	Pressupostos processuais.....	402
17.6	Comissão de Conciliação Prévia.....	404
18	Petição inicial da ação trabalhista.....	409
18.1	Requisitos da petição inicial trabalhista.....	409
18.1.1	Valor da causa.....	414
18.1.2	Provas.....	417
18.1.3	Requerimento de citação.....	417
18.1.4	Opção pela realização de conciliação ou de mediação.....	417
18.2	Pedido.....	418
18.3	Emenda da petição inicial.....	423
18.4	Indeferimento da petição inicial.....	424
18.5	Improcedência liminar do pedido.....	428
18.6	Distribuição da ação.....	434
18.7	Tutela de urgência.....	435
19	Procedimento.....	437
19.1	Classificação dos procedimentos.....	437
19.2	Procedimento ordinário.....	440
19.3	Procedimento sumaríssimo.....	448
19.4	Procedimento de alçada.....	455
19.5	Procedimento nas ações decorrentes da ampliação da competência da Justiça do Trabalho.....	456
19.6	Suspensão do processo.....	457

20 Respostas do réu	463
20.1 Classificação.....	463
20.2 Exceções	464
20.2.1 Exceção de incompetência.....	466
20.2.2 Exceções de impedimento e de suspeição.....	467
20.3 Contestação.....	471
20.4 Reconvenção	477
20.5 Ação declaratória incidental.....	481
21 Revelia	485
21.1 Conceito	485
21.2 Efeitos da revelia	486
21.3 Revelia e confissão quanto à matéria de fato.....	491
22 Provas	495
22.1 Objeto da prova.....	495
22.2 Classificação.....	497
22.3 Ônus da prova	497
22.4 Valoração da prova	502
22.5 Produção antecipada da prova.....	502
22.6 Meios de prova	504
22.6.1 Depoimento pessoal.....	506
22.6.1.1 Confissão	509
22.6.2 Documentos.....	511
22.6.2.1 Juntada de documentos.....	517
22.6.2.2 Documentos eletrônicos.....	519
22.6.2.3 Exibição de documento ou coisa	519
22.6.2.4 Arguição de falsidade	521
22.6.3 Testemunhas	523
22.6.4 Perícia	534
22.6.5 Inspeção judicial.....	545
23 Sentença	547
23.1 Conceito	547

23.2	Classificação.....	549
23.3	Ordem cronológica e preferencial para proferir sentenças e acórdãos.....	553
23.4	Julgamento antecipado do mérito.....	557
23.5	Improcedência liminar do pedido.....	559
23.6	Requisitos da sentença.....	564
23.7	Honorários advocatícios.....	577
23.8	Custas e despesas processuais.....	585
23.9	Conciliação, desistência da ação e homologação judicial.....	593
23.10	Coisa julgada.....	599
23.10.1	Conceito.....	599
23.10.2	Limites da coisa julgada.....	601
23.10.3	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	605
23.11	Coisa julgada criminal e efeitos no processo do trabalho.....	607
24	Recursos e processos nos tribunais.....	609
24.1	Teoria geral dos recursos.....	609
24.2	Conceito de recurso.....	609
24.3	Natureza jurídica do recurso.....	609
24.4	Princípios dos recursos.....	610
24.5	Classificação dos recursos.....	614
24.6	Pressupostos recursais.....	615
24.6.1	Pressupostos recursais subjetivos.....	617
24.6.2	Pressupostos recursais objetivos.....	618
24.7	Juízo de mérito dos recursos.....	641
24.8	Efeitos dos recursos.....	641
24.9	Recursos em espécie no processo do trabalho.....	656
24.9.1	Recurso ordinário.....	656
24.9.2	Agravo de instrumento.....	660
24.9.3	Recurso de revista.....	668
24.9.3.1	Uniformização da jurisprudência.....	682
24.9.3.2	Julgamento dos recursos de revista repetitivos.....	683

24.9.3.3	Incidente de recursos de revista repetitivos.....	686
24.9.4	Embargos no TST	694
24.9.5	Agravo regimental ou agravo interno	698
24.9.6	Embargos de declaração.....	701
24.9.7	Agravo de petição	708
24.9.8	Recurso extraordinário.....	708
24.10	Recurso adesivo	721
24.11	Correição parcial	723
24.12	Pedido de revisão	725
24.13	Remessa de ofício.....	725
24.14	Incumbências do relator	728
24.15	Uniformização da jurisprudência.....	731
24.16	Ordem dos processos no tribunal.....	735
24.17	Incidente de assunção de competência.....	744
24.18	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	745
24.19	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	746
24.20	Reclamação	752
25	Liquidação	755
25.1	Conceito e natureza jurídica	755
25.2	Limites	757
25.3	Conta de liquidação e decisão de liquidação	758
25.3.1	Juros e correção monetária	759
25.4	Impugnação à decisão de liquidação pelo executado	769
25.5	Modalidades de liquidação.....	770
25.6	Liquidação das contribuições previdenciárias.....	774
25.7	Impugnação à decisão de liquidação pelo exequente	775
26	Execução	777
26.1	Conceito e natureza jurídica	777
26.1.1	Hipoteca judiciária e execução indireta.....	781
26.2	Normas aplicáveis.....	783
26.3	Competência.....	783

26.4	Legitimidade	785
26.4.1	Legitimidade ativa	785
26.4.2	Legitimidade passiva.....	787
26.5	Desconsideração da personalidade jurídica	792
26.6	Responsabilidade do ex-sócio	809
26.7	Fraude à execução	813
26.8	Ato atentatório à dignidade da Justiça.....	817
26.9	Título executivo	819
26.10	Modalidades de execução	822
26.10.1	Execução definitiva e provisória	822
26.10.1.1	Execução provisória de tutela específica: obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa	830
26.10.2	Execução de prestações sucessivas.....	835
26.10.3	Execução de obrigação alternativa.....	837
26.10.4	Execução de obrigação de fazer e de não fazer.....	837
26.10.5	Execução de obrigação de entregar coisa.....	844
26.10.6	Execução de obrigação de pagar quantia certa.....	847
26.10.6.1	Aplicabilidade do art. 523, § 1º, do CPC	854
26.11	Embargos à execução.....	859
26.12	Impugnação do exequente	882
26.13	Embargos de terceiro.....	883
26.14	Penhora.....	890
26.14.1	Penhora de créditos	898
26.14.2	Penhora de quotas ou ações de sócios	899
26.14.3	Penhora de estabelecimento, de empresa e de se- moventes.....	900
26.14.4	Penhora de percentual de faturamento de empresa...	901
26.14.5	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	902
26.14.6	Mais de uma penhora sobre o mesmo bem.....	902
26.14.7	Bens penhoráveis e bens impenhoráveis	903
26.14.8	Penhora de bem hipotecado	910
26.15	Avaliação	915

26.16	Arrematação	917
26.17	Adjudicação	925
26.18	Remição	929
26.19	Alienação por iniciativa particular	932
26.20	Execução de contribuições previdenciárias	932
26.21	Execução contra a Fazenda Pública.....	935
26.22	Execução contra a massa falida.....	953
26.23	Execução contra empresa em liquidação extrajudicial	956
26.24	Custas e emolumentos na execução	957
26.25	Suspensão da execução.....	961
26.26	Desistência da execução.....	965
26.27	Extinção da execução	965
26.28	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	966
27	Dissídio coletivo.....	975
27.1	Conceito	975
27.2	Classificação.....	975
27.3	Requisitos, limites e natureza jurídica.....	977
27.4	Competência.....	983
27.5	Legitimidade	984
27.6	Dissídio coletivo de greve.....	989
27.7	Instauração do dissídio coletivo	993
27.8	Conciliação, instrução e julgamento.....	996
27.9	Eficácia e vigência no tempo da sentença normativa.....	1000
27.10	Recurso	1005
27.11	Extensão da sentença normativa	1006
27.12	Revisão.....	1008
27.13	Ação de cumprimento	1009
27.14	Coisa julgada no dissídio coletivo	1014
28	Ação civil pública	1023
28.1	Introdução.....	1023
28.2	Origem.....	1023
28.3	Fundamento normativo	1024

28.4	Ação civil pública e ação civil coletiva.....	1025
28.5	Direitos metaindividuais nas relações de trabalho.....	1029
28.6	Sistema processual de tutela coletiva.....	1030
28.7	Danos materiais e morais coletivos.....	1031
28.8	Legitimidade.....	1036
28.9	Competência.....	1044
28.10	Rol dos substituídos.....	1047
28.11	Litispendência.....	1050
28.12	Coisa julgada.....	1053
28.13	Abrangência territorial da sentença e da coisa julgada.....	1055
28.14	Despesas processuais e honorários advocatícios.....	1061
28.15	Conversão de ação individual em ação coletiva (<i>veto</i>).....	1062
28.16	Conclusão.....	1064
29	Tutelas provisórias.....	1065
29.1	Definição e classificação.....	1065
29.2	Disposições gerais.....	1067
29.3	Tutela de urgência.....	1072
29.3.1	Tutela antecipada antecedente.....	1075
29.3.2	Tutela cautelar antecedente.....	1078
29.4	Tutela da evidência.....	1087
29.5	Tutela provisória em face da Fazenda Pública.....	1088
29.6	Tutela provisória na sentença.....	1091
30	Procedimentos especiais.....	1093
30.1	Inquérito para apuração de falta grave.....	1093
30.2	Ação de consignação em pagamento.....	1100
30.3	Ação de exigir contas.....	1104
30.4	Ação cominatória.....	1106
30.5	Ações possessórias.....	1107
30.6	Oposição.....	1110
30.7	Habilitação.....	1115
30.8	Restauração de autos.....	1116
30.9	Ação revisional.....	1117

30.10	Ação monitória	1119
30.11	Mandado de segurança	1128
30.12	<i>Habeas corpus</i>	1142
30.13	<i>Habeas data</i>	1145
30.14	Mandado de injunção	1147
30.15	Ação rescisória	1151
30.15.1	Introdução	1151
30.15.2	Natureza jurídica	1151
30.15.3	Cabimento	1152
30.15.4	Competência	1157
30.15.5	Legitimidade	1159
30.15.6	Hipóteses de admissibilidade	1161
30.15.7	Prazo	1177
30.15.8	Procedimento	1180
30.15.9	Depósito prévio	1184
30.15.10	Decisão	1190
30.15.11	Recurso	1192
30.16	Notificação, interpelação e protesto judicial	1195
30.17	Homologação de acordo extrajudicial	1197
30.18	Ação anulatória de convenção e acordo coletivo de trabalho	1198
Bibliografia		1203
Índice Alfabético-Remissivo		1223